

**É POSSÍVEL UMA SOCIEDADE SEM EXCLUSÃO?<sup>1</sup>**  
**Ou melhor, é possível uma sociedade inclusiva?**

**Maria Eliete SANTIAGO<sup>2</sup>**

**INTRODUÇÃO**

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta<sup>3</sup>.

O tema proposto pela organização do IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, para reflexão – discussão no formato de painel dialógico, é mais do que uma reflexão epistemológica. Ele reveste-se de uma importância política, pois representa também uma declaração de prática política e pedagógica para pensar a sociedade na sua perspectiva local e universal. É, assim, um convite a uma reflexão e discussão coletiva, não em função do seu formato organizativo, mas pelo modo provocativo e, quem sabe, propositivo que venha a assumir.

Foi com esse entendimento que resolvi partilhar, inicialmente, a temática com um grupo de colegas. Ensaiei uma escuta: ouvi alguns/algumas colegas que têm engajamento social, em espaços acadêmicos, governamentais ou da sociedade civil. Esses/essas colegas ofereceram seus depoimentos; expressaram-se sobre a possibilidade de uma sociedade sem exclusão, ou, melhor dizendo, uma sociedade inclusiva<sup>4</sup>.

Essa reflexão-discussão oportunizou reunir um conjunto de depoimentos críticos, crítico-propositivos, que estão na base e na composição da minha exposição. Assim sendo, essa minha fala representa a reflexão de um coletivo que dele me faço portadora.

---

<sup>1</sup> Texto a ser apresentado na Mesa 2 – Painel Dialógico – do IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire

<sup>2</sup> Profa. Dra. da Universidade Federal de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco (Brasil), Membro da Diretoria do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas ( Recife-PE/Brasil).

<sup>3</sup> Paulo Freire, Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, São Paulo, UNESP, 2000, p.

<sup>4</sup> Contamos com a colaboração em forma de depoimentos/reflexão de Alder Júlio Ferreira Calado, Carlos Augusto Sant'Anna, Delma Evaneide da Silva, Janssen Felipe da Silva, José Batista Neto, Marcílio Souza Júnior e Maria Nayde de Lima.

## É POSSÍVEL UMA SOCIEDADE SEM EXCLUSÃO...INCLUSIVA ?

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda<sup>5</sup>

A questão provocou, inicialmente, a necessidade de nos situarmos, a necessidade de (de) marcarmos o lugar de onde falamos e interrogamos. Temos diante de nós uma questão que solicita uma postura sobre a possibilidade de uma sociedade sem exclusão ou, melhor dizendo, de uma sociedade inclusiva. De onde e com quem dialogamos? Quem é excluído – incluído a partir do lugar que falamos, do lugar em que estamos?

Construir pistas a partir desse lugar, que nos ajudem na construção dessa resposta é, portanto, o primeiro ponto a ser focado. A partir dele e com ele procuraremos desenvolver a nossa reflexão.

Partimos da afirmação que nesse mundo globalizado todos e todas -pessoas, grupos e segmentos sociais - estão, ao mesmo tempo, excluídos e incluídos a depender da forma e da qualidade da participação dos sujeitos individuais e coletivos na produção e uso da riqueza produzida no planeta ou nos diversos territórios do planeta Terra. Com isso, queremos dizer que homens e mulheres podem estar, na nossa realidade planetária, incluídos na riqueza e excluídos da miséria ou incluídos na miséria e, por isso mesmo, excluídos da riqueza.

Em uma palavra, a exclusão e a inclusão não podem ser compreendidas, ou perseguidas a não ser em relação e a partir da raiz que lhes dá origem.

Essa relação de inclusão-exclusão na sociedade atual, gerada no modo de organização social e de produção dos bens, mostra que o processo de exclusão da população em geral dos bens sócio-econômico-culturais, gerados pelo pensar e pela força humana, ocorre a partir de um processo de concentração da riqueza material, intelectual e simbólica. Essa prática, de "produção e distribuição da riqueza", caracteriza a sociedade como centralizadora da riqueza em poucas mãos ( sejam países, regiões, grupos ou pessoas) que podemos dizê-las, ao mesmo tempo, incluídas e excludentes.

O formato da organização da(s) sociedade(s) e da produção vem, perversamente, produzindo, cada vez mais, pessoas, grupos e segmentos sociais de excluídos ( os sem teto, os sem trabalho, os sem educação, e até os sem direito a vida a exemplo dos *moradores de rua* de São Paulo barbaramente assassinados), como mostram os indicadores sociais do mundo-planeta, da América Latina e, em particular, do Brasil<sup>6</sup>.

Carlos Augusto Sant'Anna(2004), a partir do seu olhar para a sociedade e, de modo particular, para a sociedade brasileira, diz que,

"a sociedade ocidental e, portanto a brasileira está fundada na exclusão. O cidadão no pleno gozo dos seus direitos apresenta-se com um conteúdo determinado: homem, branco, heterossexual, de classe média.

---

<sup>5</sup> Paulo Freire, 2000, p.67

<sup>6</sup> Refiro-me aos dados apresentados no Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004

Ou seja, aquilo que se distancia desse padrão sofre algum tipo de discriminação e, portanto, excluído de alguma maneira. Aqueles que não se enquadram neste modelo assumirão posições de sujeitos subalternizados. Então, mulheres, negros, homossexuais, pobres são assim excluídos da partilha dos bens materiais e simbólicos dessa sociedade”.

Essa leitura é reafirmada, entre outros, por Delma E. Silva (2004) quando destaca que , a *"nossa história de colonização e de relações dominantes ainda está muito presente nos discursos e nas práticas, haja vista o separatismo entre regiões, ricos e pobres, letrados e não letrados"*.

É dessa sociedade globalizada, padronizada, excludente que fazemos parte e que estamos a falar. Não para reforçá-la, mas para melhor pensá-la, recriá-la e ressocializá-la.

Falamos, portanto, de uma sociedade da exclusão-inclusão, procurando destacar alguns traços indispensáveis ao desenho de uma sociedade sem exclusão, portanto inclusiva, a partir do pólo da exclusão. Esse é o segundo ponto a destacar.

Para isso, lançamos mãos da contribuição de Alder Júlio Calado (2004), entre outros colegas, conhecedor, também pela vivência, de políticas e práticas de exclusão. Pare ele,

“nela [ na sociedade inclusiva] cabem todos, em condições dignas (trabalho, moradia, acesso aos serviços públicos com padrão unitário de qualidade social, participação nos espaços de fruição e produção cultural);

primazia da condição humana ( portanto, em sua dimensão também universal) sobre quaisquer outros condicionamentos sócio-históricos legítimos ( nação/região, gênero, etnia, idade, rural/urbano, escolaridade, religião, cidadania...);

todos são protagonistas de sua construção e gestão;

a participação nas decisões é prerrogativa de todos os seus membros, seja de forma direta, seja por meio de conselhos deliberativos;

garantidas as condições de igualdade social e do exercício das diferenças individuais;

erradicação dos privilégios e promoção das condições de igualdade social nas relações geracionais, de trabalho, gênero, etnia, espacialidade, ecologia, nas relações com o sagrado...;

condições de permanente aprimoramento omnilateral da condição humana;

alternância geral no exercício das funções públicas;

superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual.”

O desenho de uma sociedade excludente, traçada com os dados da realidade concreta ( renda, emprego/desemprego, educação, saúde e moradia) e os traços de uma sociedade sem exclusão, a partir dos princípios traçados por Alder Júlio Calado leva-nos a retomar a questão proposta, o terceiro ponto a ser abordado.

## **É possível uma sociedade sem exclusão? Uma sociedade inclusiva?**

### **É possível construir essa sociedade?**

Mudar é difícil, mas é possível.

Sim. Sim e Não. É Possível e Impossível. Respondemos todos nós envolvidos(as) nessa rede de reflexão. Apesar das nuances, as respostas afirmaram a possibilidade de uma sociedade sem exclusão. Melhor dizendo, afirmamos a possibilidade de uma sociedade inclusiva. . E Paulo Freire afirmaria, "*Mudar é difícil, mas é possível*",

No que se refere à construção da resposta, em primeiro lugar é importante frisar que a(s) resposta(s) à questão formulada vai(vão) além de um exercício discursivo. É uma construção teórica, mas é também prática social gerada no olhar para a sociedade – local e universal. É formulação teórica, postura política e prática social que tomam como objeto de reflexão e de ação a forma de organização social, os modos de produção e a distribuição dos bens que conferem contradições na organização social, no exercício do poder e nos conflitos face aos interesses antagônicos, com repercussões nos modos de se construir/destruir humanidades.

Em suma, formular a resposta afirmativa indicando formulação de possibilidade de uma sociedade inclusiva significa focar o olhar para a forma de organização, de produção e de distribuição dos bens na sociedade; os modos de vida dos grupos sociais, compreender suas contradições, suas repercussões e trabalhar com elas.

Em segundo lugar, é importante apontar o que ancora as nossas reflexões e conseqüentemente as nossas respostas, ou, melhor dizendo, nossos sonhos.

De um lado, ancoramo-nos na clareza de que exclusão-inclusão são faces da mesma realidade, que exige confronto entre interesses antagônicos, enfrentamento de conflitos e trabalho educativo com a população. É uma luta diuturna, conforme Luiz Carlos Freitas e Celi Taffarel<sup>7</sup>,

a" exclusão e inclusão são um par dialético cujo conteúdo só é revelado se a abordagem for feita em conjunto e não isoladamente por um dos pólos – incluir x excluir. Esta contradição não se resolve por um dos pólos... A solução da exclusão ou inclusão não se dá intrinsecamente por um destes pólos, mas sim, pela resolução da contradição fundamental, a contradição entre trabalho e capital" .

Em outras palavras, esse enfrentamento está na base da compreensão e da intervenção para fazer face à exclusão-inclusão social.

---

<sup>7</sup> Luiz Carlos Freitas, *Dialética da Inclusão e da Exclusão Social: por que as mudanças não acontecem?* Resumo da apresentação feita no II Seminário de Educação promovido pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Campinas (SP) em julho de 2003. Celi Zulke Taffarel, *A prática Pedagógica e a Inclusão Social: um desafio da educação física*, s/d.

De outro lado, ancoramos nosso pensar – dizer afirmativo em focos de resistências e em Agendas Alternativas que existem por todo o planeta, como afirma Calado (2004) e aponta Peter McLaren(2003) em palestra proferida no Brasil.<sup>8</sup>

Enquanto McLaren ressalta a contribuição de movimentos sociais como grupos solidários, os grupos solidários revolucionários no México, por exemplo, e os Trabalhadores Sem-Terra no Brasil e os Cocaleiros na Bolívia; Calado refere-se “as doses moleculares do cotidiano”, sem perder de vista movimentos nacionais como o MST.

Esse olhar coletivo confere uma sociedade cujos modelos, políticas e práticas de exclusão vêm sendo cada vez mais aperfeiçoadas. Mas ele também enxerga – ainda que “nas correntezas subterrâneas”, conforme Calado (2004), pontos de construção de uma agenda alternativa a começar pelo próprio conhecimento crítico da sociedade excludente.

Na mesma linha, Janssen Felipe da Silva (2004) *aponta a possibilidade de alimentar o projeto de sociedade...de visualizar formas de nos aproximar de sua concretude e diz da viabilidade de formação de grupos de diálogos para debater os olhares sobre o mundo.*

É assim entendendo que fomos reunindo critérios, exigências e modos voltados para o enfrentamento da sociedade de exclusão-inclusão, quarto ponto a destacar.

Marcílio Souza Júnior (2004) considera que,

“ a inclusão como conceito e como necessidade que representa uma concepção de homem e mulher, um comprometimento político, uma compreensão social que busca construir uma sociedade mais justa para a maioria da população. Por isso, há necessidade de reconhecer o caráter reprodutor da sociedade, mas também identificar seus flancos de resistências para, a partir destes últimos, potencializar ações coletivas”.

Além do conhecimento da natureza contraditória da sociedade, a possibilidade de uma sociedade inclusiva pressupõe uma **sociedade democrática**, como afirma Carlos Sant’Anna entre os demais colegas. E acrescenta que,

não se pode pensar a democracia apenas do ponto de vista das instituições políticas formais ( eleições livres, direito de organização e expressão, funcionamento do parlamento, etc).

A democracia fundamenta-se no pressuposto de que os indivíduos são efetivamente iguais perante a lei e são portadores de direitos políticos e sociais. Um aspecto fundamental diz respeito à forma como os indivíduos se relacionam no cotidiano. Os lugares sociais, em uma sociedade democrática, não são nem rígidos nem determinados. Onde o contrário é possível. Isto é uma sociedade onde a disputa dá-se por meio do debate e da argumentação discursiva, havendo sempre a possibilidade concreta da contestação das decisões políticas. Sem, no entanto, representar um perigo de quebra da ordem estabelecida.

O ingrediente fundamental para o florescimento da democracia é a confiança nas instituições e nas pessoas.

Essa exigência desafia a experiência política planetária, e a brasileira em particular. Expressa a urgência de *reinvenção da sociedade* que vá além dos limites do reconhecimento das diferenças e está a requerer passos estratégicos de **fortalecimento da sociedade civil**,

---

<sup>8</sup> Peter McLaren, A Pedagogia da Utopia - Conferências na UNISC, Santa Cruz do Sul, UNISC, 2001

vigilante e propulsora na defesa e garantia dos direitos humanos e sociais. Conforme Delma E. da Silva,

... é preciso mobilização dos cidadãos e cidadãs que desejam e têm o direito de participar e desfrutar de todas as oportunidades oferecidas pelos diferentes segmentos sociais, em nome do usufruto dos benefícios existentes na sociedade.

Para que haja mobilização faz-se necessário o conhecimento, por parte desses sujeitos, dos seus direitos. Também é importante que estejam organizados e vinculados a algum órgão representativo que legitime e fortaleça suas lutas.

**Conhecimento, participação, organização** emergem das nossas reflexões como conteúdos e formas de luta, de prática social. A luta é incessante. Ela toma forma, modo e conteúdo diversos e diferenciados de acordo com o tempo histórico e o lugar geográfico. **O cotidiano** tem uma força nessa desconstrução-construção. É assim, nesse cotidiano, que José Batista Neto (2004) situa a importância das ações individuais e coletivas. Segundo ele,

“os tempos de construção de nossos desejos e de nossas realizações são diversos. A idéia e o desejo de uma sociedade inclusiva (...) exigirá um tempo largo, de longa duração, porque o caminho em direção a ela não é, a priori, evidente. Passei a acreditar em mudanças menores e a entender que essas mudanças menores também ajudam a construir os grandes feitos. Assim passei a ver que podemos construir a sociedade inclusiva, um pouco a cada dia, no cotidiano, que ela vive no cotidiano, que ela está em torno de nós”.

Os princípios de **solidariedade, generosidade e gentileza** estão na base do modo com que José Batista encara a tarefa política e pedagógica da exclusão-inclusão na sociedade e da sociedade.

Em síntese, democratização da sociedade, fortalecimento da sociedade civil, leitura crítica das relações de exclusão – inclusão – são vistos como condição para a construção e para a vivência da sociedade sem exclusão.

A construção de uma sociedade sem exclusão, ao nosso ver, inscreve-se na perspectiva do “*inérito viável*” freireano como uma *futuridade a ser construída*. É a unidade entre o discurso e ação e a utopia que nos move (Paulo Freire, 2000).

Essa tarefa política e pedagógica, fundada na ética como princípio universal - da solidariedade, da humanização do homem e da mulher - é também um trabalho educativo. Utilizando-nos de Freire, diríamos, embora a educação não possa sozinha construir uma sociedade inclusiva, sem ela isso não será possível. Portanto, na perspectiva freireana, na reinvenção do mundo a educação é indispensável (1995)<sup>9</sup>.

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não

---

<sup>9</sup> Paulo Freire, *À Sombra desta Mangueira*, São Paulo, Olho d'Água, 1995

sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação<sup>10</sup>.

Desse modo, essa invenção não pode prescindir de uma educação corajosa que possibilite a discussão da nossa problemática. Uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política. Isso implica na necessidade de uma agenda na perspectiva da sociabilidade alternativa. Em síntese,

- no reconhecimento do caráter reprodutor da sociedade e também identificação dos focos de resistências;
- na potencialização das ações coletivas;
- na mobilização dos cidadãos e cidadãs;
- nas ações pautadas por princípios de solidariedade, generosidade e gentileza;
- *No conhecimento de que os sonhos tem os seus contra-sonhos. Mas que os sonhos são projetos pelos quais se luta.*

E, para concluir, tomamos de empréstimo as palavras de Paulo Freire, que nos parece animadoras da luta.

Diz ele:

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos.

Desrespeitando os fracos, enganando os incautos ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros."<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Paulo Freire, 2000, p.40

<sup>11</sup> Paulo Freire, 2000, p.66